

## Serão Luxos o Desporto e a Educação?

Manuel João Coelho e Silva

Universidade de Coimbra

A tendência das estatísticas de participação desportiva revela um incremento consolidado do número de praticantes, interrompido pela crise pandémica. Contudo, a monitorização do desenvolvimento desportivo exige uma desagregação dos dados por modalidade, sexo, escalão etário e até quadro geográfico. Prossegue uma acentuada concentração de praticantes num conjunto restrito de modalidades, algumas com persistente assimetria entre as participações feminina e masculina. Apesar do volume de praticantes quase ter atingido os 600 mil, o número de clubes manteve-se próximo dos valores do final do século XX. Os cerca de 11 mil clubes exigiriam mais dirigentes, categoria de desportistas que registou crescimento negativo. É preciso saber onde estão os clubes, quem os dirige, quantas modalidades oferecem, quantos escalões garantem em cada modalidade e como suportam as suas atividades em termos de financiamento e autonomia em matérias decisivas como as instalações e os transportes. Talvez sejam adequadas medidas para incentivar novos clubes, acompanhando as tendências da população concentrada nas bacias do Tejo e Douro, sobretudo nas periferias das grandes cidades e, paralelamente nas sedes de concelho dos habitats de média dimensão, onde continuam a surgir um substancial número de talentos. O financiamento ao sector desportivo atribuído pelo governo central, por ano e praticante terá baixado 20%, considerando um volume que já rondou 100 euros anualmente por praticante há duas décadas. Poucos devem ter notado porque os recursos não chegam ao clube. A capitalização do sector é fundamental a par da melhoria da eficiência administrativa, poupando nos consumos intermédios. Seria igualmente bem recebida uma linha de incentivo à captação e valorização do dirigente, num período em que se discute a redução do horário laboral, a reconversão dos empregos tradicionais e a necessidade de ocupação de uma franja da população que subitamente foi ultrapassada pelas dinâmicas do mercado de trabalho. Esta reclamação não surge como fácil num contexto político extremado entre os defensores do serviço público em que tudo deve passar pelo Estado e o primado da iniciativa privada que não consegue distinguir os serviços do estado do servidor público não estatal. Dever-se-á realçar o associativismo desportivo como sector singular de utilidade pública empreendida de forma altruísta por entidades de direito privado. Um aparente paradoxo em 2022. Contudo, está em causa um sector com forte conexão a políticas de coesão territorial, família, cidadania e juventude. Seria desejável o aparecimento de mais mulheres no dirigismo desportivo e sobretudo de jovens cruzando o dirigismo estudantil com o desportivo. Adicionalmente, discutiu-se a adequação de um quadro organizacional de base distrital das atuais estruturas intermédias (associações) pouco concordante com a agenda contemporânea orientada para a regionalização e descentralização. Mesmo que esta última não venha a acontecer no modelo de governação político-administrativa, o que acrescentaria uma camada intermédia entre o poder central e o poder local, no que diz respeito ao desporto, não pode permanecer na lógica distrital. A modernização dos procedimentos e a digitalização crescente dos processos favorecem a regionalização desportiva, num país que se confrontará com um severo Inverno Demográfico. É espantoso assistir ao incremento do número de treinadores, a rondar os 20 mil, num país em que o somatório dos ciclos de estudos superiores (subsistemas universitário e politécnico acolhem anualmente mais de 2 mil candidatos, resultando a médio prazo em um técnico superior para cada 50 portugueses), em contradição com os dados de natalidade: cerca de 180 mil nados vivos por ano no Portugal pré-democrático, atualmente pouco mais de 80 mil. Face a todas estas ameaças, os quadros competitivos não podem ignorar as melhorias da rede de transportes terrestres e a imprescindível articulação com a Escola. Deve a oferta da prática desportiva articular os sectores com as etapas da formação desportiva. Nas iniciais, de recreação e iniciação, só seria possível através de uma verdadeira *Escola Cultural* com um modelo de governação aberto à comunidade, desde logo na eleição do diretor dos agrupamentos escolares quem deve ser confiada autonomia para a gestão das infraestruturas, sobretudo as desportivas, devolvendo à comunidade os recursos de edificados com investimento público. É preciso criar conselhos desportivos municipais capazes de resgatar os equipamentos estatais, sobretudo à lógica com que surgiu a gestão do Parque Escolar, abrindo-os aos servidores de utilidade pública. Trata-se de uma medida de impacto orçamental nulo que concorreria para mitigar a pouca elasticidade do Orçamento de Estado para reforçar a capitalização do desporto. Os jovens necessitam de menos escola e melhor escola, num desporto de jovens empreendido por jovens e famílias num mosaico comunitário (sem vedações) estruturado em torno da ética e do valor imaterial do desporto.